

# DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA DAS EMPRESAS DE CAPITAL ABERTO DO RIO GRANDE DO SUL CONFORME A NBC TG 09 – DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Ana Clara de Oliveira<sup>1</sup>

Kélim Bernardes Sprenger<sup>2</sup>

## RESUMO

Este estudo teve como objetivo analisar a distribuição da riqueza das empresas de capital aberto do Rio Grande do Sul conforme a NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Esta pesquisa foi classificada como aplicada com relação à sua natureza, quantitativa quanto à forma de abordagem do problema, descritiva com relação aos objetivos e documental com relação aos procedimentos técnicos, tendo como amostra as empresas de capital aberto listadas na Brasil, Bolsa, Balcão S.A. (B3), cuja matriz está localizada no estado do Rio Grande do Sul, que tenham divulgado as informações necessárias entre o período de 2010 a 2018. Os principais resultados evidenciaram que o Valor Adicionado Líquido a Distribuir no período correspondeu a 36% das receitas geradas. Com relação à distribuição do Valor Adicionado (VA), o governo obteve em média 37,56% por meio dos tributos. Já a remuneração do pessoal correspondeu a segunda maior distribuição, com média de 33,45% do total do VA a Distribuir. Foram observadas que determinadas características das empresas podem estar atreladas à forma de distribuição do VA, como: setor, segmento de listagem e o tempo de atuação. Quanto os segmentos de listagem, aquelas empresas classificadas como Nível 1 de governança corporativa são as que mais apresentam distribuição do VA nos itens analisados, chegando 56% na remuneração de pessoal, 57% em relação aos tributos, 40% quanto à capital de terceiros e 46% quanto à remuneração de capital próprio. Constatou-se que as empresas com maior tempo de atuação são as que mais apresentam remuneração de capitais próprios.

**Palavras-chave:** Demonstração do Valor Adicionado. Análise. Distribuição.

## ABSTRACT

This study aimed to analyze the distribution of wealth of publicly traded companies in Rio Grande do Sul according to NBC TG 09 - Statement of Value Added. This research was classified as applied in relation to its nature, quantitative in terms of approach to the problem, descriptive in relation to the objectives and documentary in relation to technical procedures, having as a sample the public companies listed in Brazil, Bolsa, Balcão SA (B3), whose head office is located in the state of Rio Grande do Sul, which disclosed the necessary information between 2010 and 2018. The main results

---

<sup>1</sup> Acadêmica do curso de Ciências Contábeis pelas Faculdades Integradas de Taquara - FACCAT.  
E-mail: anaoliveira@sou.faccat.br

<sup>2</sup> Professora Orientadora das Faculdades Integradas de Taquara - FACCAT.  
E-mail: kelimsprenger@faccat.br

showed that the Net Value Added to Distribute in the period corresponded to 36% of the revenues generated. Regarding the distribution of Value Added (VA), the government obtained on average 37.56% through taxes. Employee compensation corresponded to the second largest distribution, with an average of 33.45% of the total VA to be distributed. It was observed that certain characteristics of the companies may be linked to the VA distribution, such as: sector, listing segment and time of operation. Regarding the listing segments, those companies classified as Level 1 of corporate governance are the ones with the highest distribution of VA in the analyzed items, reaching 56% in personnel compensation, 57% in relation to taxes, 40% in relation to third party capital and 46% as regards the return on equity. It was found that the companies with the longest working time have the highest return on equity.

**Key Words:** Statement of Added Value. Analyze. Distribution.

## 1 INTRODUÇÃO

Toda atividade econômica com fins lucrativos é criada com o intuito de gerar resultados financeiros/lucros visando sua sobrevivência. O lucro é uma forma de retorno que o empreendedor e seus sócios recebem por seu trabalho e também pelos riscos que correm. Contudo, para que as empresas atinjam os resultados financeiros desejados, é preciso utilizar diversos recursos oriundos da sociedade. Assim, em contrapartida, a empresa deve um retorno à sociedade na qual atua, seja por meio da geração de empregos, da distribuição de parte de seus resultados para os funcionários ou do pagamento de impostos ao governo, os quais devem retornar à sociedade sob a forma de serviços públicos.

Uma forma de demonstrar o seu retorno à sociedade ocorre por meio da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), que esclarece de que maneira a riqueza gerada pela empresa foi composta e como foi distribuída entre os envolvidos. Desse modo, evidencia, de forma detalhada, a parcela destinada ao pessoal, aos tributos, à remuneração de capitais de terceiros e à remuneração de capitais próprios.

De acordo com o item 3 da Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Geral (NBC TG) 09 - Demonstração do Valor Adicionado, todas as empresas constituídas sob a forma jurídica de sociedade por ações com capital aberto devem elaborar a DVA e apresentá-la como parte das demonstrações contábeis, divulgadas ao final de cada exercício social. Porém, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), recomenda a sua elaboração por todas as entidades que divulgam suas demonstrações contábeis (CFC, 2008). Cabe ressaltar a importância desta demonstração, uma vez que com a

mesma pode-se verificar, inclusive, a atuação responsável da empresa com a comunidade em que ela está inserida.

Segundo Luz (2015, p.186), a DVA é importante tanto sob o aspecto econômico, quanto sob o aspecto social. Economicamente, ela evidencia como a empresa contribui para a geração de valores à economia. Já do ponto de vista social, mostra como a riqueza foi distribuída, sendo possível observar quais elementos mais consumiram essa riqueza, além de destacar, também, a parcela retida pela empresa.

Frente ao exposto, este estudo tem como problema de pesquisa o questionamento: De que forma é distribuída a riqueza gerada pelas empresas gaúchas de capital aberto, conforme a DVA? Dessa maneira, o objetivo geral da presente pesquisa se baseia justamente em realizar a análise da distribuição da riqueza pelas referidas empresas, de acordo com a DVA.

Especificamente, este estudo busca, ainda: a) avaliar a importância da Demonstração do Valor Adicionado para a sociedade; b) identificar critérios utilizados para a elaboração e distribuição do Valor Adicionado; c) descrever as procedências da formação do Valor Adicionado; d) averiguar se a carga tributária média evidenciada pela DVA é equivalente à divulgada em estudos anteriores; e e) verificar se há diferença da Distribuição do Valor Adicionado entre as empresas de acordo com suas características e de acordo com o período econômico.

Assim sendo, o presente estudo é relevante para levar à comunidade em geral informações, tanto acerca da distribuição do valor adicionado gerado pelas empresas, quanto da porcentagem dos mesmo que se destina à sociedade. Além disso, esta pesquisa é significativa para a comunidade acadêmica, uma vez que explora norma contábil e contempla estudos procedentes na área.

Complementarmente, este estudo contribuirá para a formação acadêmica da autora, estudante de Ciências Contábeis, permitindo, dessa forma, ampliar os conhecimentos, principalmente no que tange às demonstrações contábeis, e desenvolver a análise crítica sobre o tema. Da mesma maneira, esta pesquisa será útil para os acadêmicos que buscam maiores esclarecimentos relacionados ao tema, tanto sob a ótica do arcabouço teórico construído, quanto como um direcionador que instigue pesquisas na área.

O artigo apresentará, em sua fundamentação teórica: contabilidade internacional, balanço social, demonstração do valor adicionado e estudos precedentes em relação à demonstração do valor adicionado. Em sequência, na

morfologia, trará a classificação, população, amostra, coleta e tratamento de dados, apresentando, posteriormente, as análises de dados. Então, indicará a amostra, a análise da composição do Valor Adicionado, a distribuição do Valor Adicionado, bem como as características e distribuição das mesmas, trazendo, por fim, as considerações finais.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Este estudo embasa sua fundamentação teórica em aspectos da Contabilidade Internacional, considerando que as Normas Brasileiras de Contabilidade já estão convergidas aos padrões internacionais, enfatizando a apresentação de informações contábeis aos seus usuários. Nesta linha, o Balanço Social é um demonstrativo que divulga aspectos da gestão econômico-social das empresas, tendo como uma de suas peças a Demonstração do Valor Adicionado, que será detalhada neste capítulo.

### **2.1 Contabilidade: Linguagem Internacional dos Negócios**

Conforme Niyama (2005), a contabilidade, por ser uma ciência social aplicada, é fortemente influenciada pelo ambiente em que atua. De uma forma geral, valores culturais, tradição histórica, estrutura política, econômica e social acabam refletindo nas práticas contábeis de uma nação e, conseqüentemente, a evolução das mesmas pode estar vinculada ao nível de desenvolvimento econômico de cada país.

Carvalho, Lemes e Costa (2009), indicam que a contabilidade internacional surgiu para minorar as agruras de quem queria investir fora de seu país e, para isto, precisava manusear balanços em dezenas de normas contábeis distintas, tentando compatibilizá-las.

Por sua vez, Niyama (2005) afirma diz que “a contabilidade é considerada a linguagem dos negócios”, ou seja, é onde os principais agentes econômicos buscam informações sobre a performance empresarial e avaliação de risco para então realizar investimentos.

A mudança faz parte do ciclo natural da evolução, das pessoas, da sociedade e das organizações. A contabilidade não está longe disso, ela também vive em constante mudança e, a principal evolução da contabilidade, ocorrida no século XXI no mundo e no Brasil, foi a convergência para as Normas Internacionais. Normas que

vêm sendo construídas desde 1973 pelo *International Accounting Standards Committee* (IASC), que foi remodelado em 2001 para *International Accounting Standards Board* (IASB).

Para acompanhar esse processo de convergência no Brasil, o Conselho de Contabilidade (CFC) criou, em 2005, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual tem como objetivo “o estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais”. (ADRIANO, 2018).

Assim, o CPC emite Pronunciamentos Contábeis, os quais são aprovados pelos órgãos reguladores, como CFC, neste caso originando as NBCs TGs, que devem ser observadas pelos contadores e pelas empresas na elaboração de suas contabilidades.

Conforme Gelbcke *et al.* (2018), como advento da Lei no 11.638/2007 e a decisão pela convergência da contabilidade brasileira às Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo IASB, o CPC adotou integralmente o documento daquele órgão denominado *Framework for the Preparation and Presentation of Financial Statemets*, e emitiu seu Pronunciamento Conceitual Básico – Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Assim, um grande conjunto de normas, já convergidas às Normas Internacionais de Contabilidade (NIC), têm sido emitidos pelo CFC e por outros órgãos reguladores. Gelbcke *et al.* (2018) inclusive menciona que, por meio do CFC, está ocorrendo a expansão de normas que antes atingiam apenas as sociedades anônimas abertas e as sociedades de grande porte, para praticamente todas as entidades no Brasil.

Pode-se dizer que o Brasil foi um dos países pioneiros na implantação das normas internacionais de contabilidade (IFRS), a partir da mudança da Lei das Sociedades Anônimas (2007-2010). Por conseguinte, no intuito de promover maior transparência nos novos relatórios contábeis, os profissionais antenados com questões de sustentabilidade contribuíram com provocações no sentido de incluírem também informações de natureza ambiental e social, levando em consideração as discussões que já ocorriam em diversas ações (GELBCKE *et al.*, 2018).

## 2.2 Balanço Social

Martins *et al.* (2010) afirma que a contabilidade tem uma abordagem sociológica, pois os “procedimentos contábeis e os relatórios emanados da Contabilidade deveriam atender a finalidades sociais mais amplas, inclusive relatar adequadamente ao público informações sobre a amplitude e atualização dos poderes das grandes companhias”.

Nesse contexto, o Balanço Social surgiu para atender às necessidades de informações dos usuários da contabilidade no campo social. Trata-se de uma ferramenta que permite analisar a situação da empresa no campo social, apontar as realizações efetuadas neste campo e, principalmente, avaliar as relações ocorridas entre o resultado da empresa e a sociedade.

Tinoco (2001) indica que o balanço social nasceu da necessidade de informações para os gestores e do interesse da sociedade. Apesar da não obrigatoriedade deste demonstrativo, muitas empresas o divulgam, abrangendo as ações sociais em suas diversas áreas, tais como recursos humanos, educação, cultura e meio ambiente, entre outros ramos.

O Balanço Social revela a responsabilidade social das empresas, que pode ser considerada como o compromisso das entidades com o desenvolvimento cultural e assistencial da sociedade, bem como com o seu investimento e sua influência na cultura e bem-estar social, mediante ações espontâneas e relevantes em busca da melhoria de qualidade de vida da comunidade.

Luca (1998, p.23) afirma que “este instrumento de medida permite verificar a situação da empresa no campo social, registrar as realizações efetuadas neste campo e, principalmente, avaliar as relações ocorridas entre o resultado da empresa e a sociedade.”

Conforme Freire e Silva (2001), o Balanço Social compreende o conjunto de informações com base técnica contábil, gerencial e econômica capaz de proporcionar uma visão da relação capital-trabalho que diz respeito aos seus diferentes aspectos econômicos- sociais.

Conforme a NBC TG 09, um dos componentes do Balanço Social é a Demonstração do Valor Adicionado, que tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela entidade, bem como sua distribuição durante determinado período. (CFC, 2008)

### 2.3 Demonstração do Valor Adicionado

A DVA, de origem europeia, surgiu em meados do séc. XX buscando evidenciar a capacidade de gerar riqueza ou evidenciar o Valor Adicionado de uma empresa, com a finalidade de cobrar impostos sobre o valor agregado nos países europeus, bem como apurar a sua distribuição por meio de tributos pagos ao governo, assim como juros e aluguéis destinados a financiadores externos, remunerações pagas aos trabalhadores, lucros e dividendos (ou juros sobre o capital próprio, como previsto na legislação brasileira) atribuídos aos proprietários, sócios e acionistas. É uma ferramenta ainda utilizada em vários países com a função de direcionar a mensuração dos agregados econômicos Produto Interno Bruto – (PIB), conforme exposto por Cunha (2002).

Segundo Gelbcke *et al.* (2018, p. 74), a DVA tem como objetivo principal informar o valor da riqueza criada pela empresa e a forma de sua distribuição. Não deve ser confundida com a Demonstração do Resultado do Exercício (DR), pois esta tem suas informações voltadas quase que exclusivamente para os sócios e acionistas, principalmente na apresentação do lucro líquido, enquanto a DVA está dirigida para a geração de riquezas e sua respectiva distribuição pelos fatores de produção (capital e trabalho) e ao governo.

Até a promulgação da Lei nº 11.638/07, a DVA não era obrigatória no Brasil. Após a alteração na Lei nº 6.404/76, tornou a Demonstração do Valor Adicionado obrigatória para as empresas de capital aberto, sendo exigida sua divulgação e elaboração como parte das demonstrações contábeis divulgadas ao final de cada exercício. Entretanto, cabe destacar que antes de se tornar obrigatória para companhias abertas, a DVA era incentivada e sua divulgação era apoiada pela CMV e pelo CFC. (GELBECK, *et al.* 2018).

Kroets (2000, p.42) diz ser possível notar, por meio da DVA, a contribuição econômica da entidade e os segmentos com o qual ela se relaciona, compondo o PIB produzido pela organização.

No que tange à elaboração e divulgação da DVA, para atender aos requisitos estabelecidos no NBC TG 09 e na legislação societária, aplica-se (CFC, 2008):

- a) ser elaborada como base no princípio contábil da competência;
- b) ser representada de forma comparativa (período anterior e atual);

- c) ser elaborada com base nas demonstrações consolidadas e não pelo somatório das Demonstrações do Valor Adicionado individuais, no caso, da divulgação da DVA consolidada;
- d) incluir participação dos acionistas minoritários no componente relativo à distribuição do valor adicionado, no caso, da divulgação da DVA consolidada;
- e) ser consistente com a demonstração do resultado e conciliada em registros auxiliares mantidos pela entidade;
- f) ser objeto de revisão ou auditoria se a entidade possuir auditores externos independentes que revisem ou auditem suas Demonstrações Contábeis.

A elaboração e apresentação da DVA deve seguir o modelo e as orientações da NBC TG 09, apresentada no Quadro 1:

#### Quadro 1 – Demonstração do Valor Adicionado – Empresas em Geral

DESCRIÇÃO	Em milhares de reais	Em milhares de reais
	20X1	20X0
<b>1 – RECEITA</b>		
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços		
1.2) Outras receitas		
1.3) Receitas relativas à construção de ativos próprios		
1.4) Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa - Reversão/(constituição)		
<b>2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>		
(Inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)		
2.1) Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos)		
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		
2.3) Perda/Recuperação de valores ativos		
2.3) outras (especificar)		
<b>3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1 - 2)</b>		
<b>4 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO</b>		

(Continua)

(Continuação)

<b>5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3 - 4)</b>		
<b>6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>		
6.1) Resultado de equivalência patrimonial		
6.2) Receitas financeiras		
6.3) Outras		
<b>7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5 + 6)</b>		
<b>8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO (*)</b>		
8.1) Pessoal		
8.1.1 - Remuneração direta		
8.1.2 – Benefícios		
8.1.3 – FGTS		

8.2) Impostos, taxas e contribuições		
8.2.1 – Federais		
8.2.2 – Estaduais		
8.2.3 – Municipais		
8.3) Remuneração de capitais de terceiros		
8.3.1 – Juros		
8.3.2 – Aluguéis		
8.3.3 – Outras		
8.4) Remuneração de capitais próprio		
8.4.1 - Juros sobre capital próprio		
8.4.2 – Dividendos		
8.4.3 - Lucros retidos/Prejuízo do exercício		
8.4.4 - Participação dos não controladores nos lucros retidos (só p/ consolidação)		

Fonte: CFC (2008)

Conforme pode ser observado no Quadro 1, na DVA estão discriminadas as receitas das empresas e os insumos, gerando o valor bruto e, em seguida, as amortizações, descobrindo o valor líquido produzido pela mesma, valores recebidos por transferência, gerando, por fim, o valor distribuído pela empresa. A demonstração do valor adicionado evidencia o valor gerado pela empresa em determinado período, é nele que é demonstrado toda a distribuição da riqueza da companhia.

Cabe ressaltar, ainda, que a elaboração da DVA deve ser feita com base nas informações extraídas da contabilidade, especialmente da Demonstração do Resultado (DR). Portanto, deve seguir o regime de competência do exercício.

## 2.4 Estudos precedentes sobre a Demonstração do Valor Adicionado

Mesmo com a recente regulação brasileira acerca da apresentação da DVA pelas companhias brasileiras de capital aberto, que somente se tornou obrigatória para tais entidade a partir de 2008, já são observadas pesquisas envolvendo esta demonstração.

Observa-se que estes estudos precedentes ainda são pouco numerosos, mas mesmo assim, já apresentam indícios da importância de obter tais informações contidas nesta demonstração. Conforme Costa, Guimarães e Mello (2013), é possível afirmar que a publicação da DVA pelas companhias de capital aberto no Brasil estabelece um excelente avaliador da distribuição da riqueza das empresas para a sociedade. Tal publicação possibilita relacionar os indicadores entre as empresas do mesmo ramo, auxiliando na mensuração do PIB e gerando um aumento das informações disponíveis à usuários e interessados.

Em seu estudo sobre a análise do setor da economia, no qual estão concentradas as empresas que mais agregam valor a sociedade, Grecco *et al.* (2010) evidenciaram que o setor que mais agregou valor foi o de energia. Os autores verificaram, ainda, que os maiores beneficiados entre os *stakeholders*<sup>3</sup> foram o governo e os acionistas. Grecco *et al.* (2010) também constataram que o maior valor agregado está concentrado nas empresas que não têm comprovação de boas práticas de governança corporativa, ou seja, aquelas que classificaram os níveis de governança conforme a B3. Os autores ainda mostram que este maior valor agregado tem sua distribuição principal ao governo (46%) e que este é o grupo de empresas que menos distribui aos colaboradores (9%).

Santos e Silva (2009) realizaram uma pesquisa com o objetivo de analisar a distribuição do valor da riqueza gerada, por meio da DVA, no setor de telefonia do Brasil, nos anos de 2007 e 2008. Neste estudo foi constatado que, em média, a carga tributária (remuneração do governo) foi o principal destino da riqueza gerada pelas companhias. Os autores identificaram ainda, que a parcela do Valor Adicionado de terceiros mostrou-se como o segundo maior agente, seguida dos acionistas e, por último, os colaboradores que contribuíram diariamente na geração de riqueza para as empresas e para a sociedade.

No estudo de Tinoco *et al.* (2011), sobre a carga tributária de empresas brasileiras em dezenove setores de atividade econômica, através da DVA, no período de 2005 a 2007, identificou-se como se comporta a carga tributária em cada empresa, sendo mensurada pelo critério contábil de vendas por setores no aspecto geral, em relação à carga tributária medida no Brasil pelo IBGE. Os resultados da pesquisa indicaram que a média da carga tributária entre todas as empresas e setores pesquisados alcançou 37,77% em 2005; 38,18% em 2006 e 39,67% em 2007, situando-se em patamares superiores à carga tributária nacional, calculada e divulgada pelo IBGE, de 34,12% em 2005; 35,06% em 2006 e 36,08% em 2007. Os resultados indicaram, ainda, que o governo foi quem recebeu a maior parcela do valor adicionado referente aos impostos, taxas e contribuições, em todas as esferas.

No estudo de Dallabona, Mascarello e Kroetz (2014), o objetivo foi avaliar a relação entre os indicadores de desempenho e o valor adicionado distribuído aos agentes colaboradores na formação de riqueza das empresas listadas na B3. A

---

<sup>3</sup> *Stakeholders*: público estratégico e descreve uma pessoa ou grupo que tem interesse em uma empresa, negócio ou indústria, podendo ou não ter feito um investimento neles.

pesquisa envolveu 153 empresas no período de 2010 e 2011. Os resultados demonstram que, pelo menos um dos indicadores selecionados (ativo total, receita, lucro líquido, liquidez corrente, liquidez seca, capital de giro, endividamento, composição do endividamento, imobilização do ativo e patrimônio líquido, imobilização de recursos não correntes, margem líquida, ROI, ROA e giro do ativo), exerce influência sobre empregados, governo, capital de terceiros e capital próprio. Desta forma, Dallabona, Mascarello e Kroetz (2014) concluíram que o valor distribuído tem influência dos indicadores de desempenho econômico/financeiro, uma vez que apresentaram significância para algumas variáveis.

### **3 METODOLOGIA**

Os procedimentos metodológicos conforme Collis e Hussey, (2005), referem-se à maneira global de tratar o processo de pesquisa, que engloba da base teórica até a coleta e análise de dados. Desta forma, este capítulo apresenta a metodologia da pesquisa, os métodos da pesquisa, o universo da mesma e como ocorreu a coleta de dados.

#### **3.1 Classificação da pesquisa**

A natureza da pesquisa foi classificada como aplicada, pois de acordo com Gil (2008), tem como sua característica principal o interesse na aplicação, utilização e consequências práticas dos conhecimentos.

Quanto à forma de abordagem do problema, se classifica como quantitativa. Segundo Alyrio (2008), esta classificação se aplica aos casos em que se procura identificar, quantitativamente, o nível de conhecimento, as opiniões, impressões, hábitos, comportamentos, bem como o quanto se procura observar o alcance do tema, do ponto de vista do universo pesquisado em relação a um produto, serviço, comunicação ou instituição.

Quanto aos objetivos, se classifica como descritivo. Na concepção de Andrade (2002), a pesquisa descritiva preocupa-se em observar os fatos e registrá-los, sem que o pesquisador interfira. Assim, os fenômenos do mundo físico e humano são estudados, mas não são manipulados pelo pesquisador.

Trata-se ainda de uma pesquisa documental, a qual, segundo Silva e Grigolo (2002), vale-se de matérias que ainda não receberam nenhuma análise aprofundada. Esse tipo de pesquisa visa, assim, selecionar, tratar e interpretar a informação bruta, buscando extrair algum sentido e lhe introduzir algum valor, podendo, desse modo, contribuir com a comunidade científica, a fim de que outros possam voltar a desempenhar futuramente o mesmo papel.

### **3.2 População e amostra**

A população deste estudo compreendeu todas as empresas listadas na Brasil, Bolsa, Balcão. S.A. (B3 S.A.) cujas demonstrações contábeis foram divulgadas no período de 2010 a 2018. A amostra foi composta daquelas empresas cuja matriz está localizada no estado do Rio Grande do Sul (empresas gaúchas), que divulgaram as informações necessárias para este estudo. Desta forma, das 24 empresas com sede no RS, apenas 19 compõem a amostra desta pesquisa, uma vez que cinco delas não apresentaram as informações necessárias para este estudo.

Cabe ressaltar, ainda, que este estudo se limitou no tamanho da amostra, composta de 4,45% (19 empresas) das empresas listadas na B3.

### **3.3 Coleta e tratamento de dados**

Por meio do *site* da B3 foi possível obter a lista das empresas de capital aberto e, por meio desta, foi possível efetuar consulta no site da Receita Federal, do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), a fim de identificar aquelas cuja a sede é localizada no RS.

Neste momento, procedeu-se com uma tabulação dos dados, em uma planilha do Microsoft Excel, onde foi identificada a empresa, seu setor de atividade, segmento de listagem (tradicional, nível 1 – N1, nível 2 – N2, e novo mercado - NM), bem como a data de sua abertura e a cidade na qual se localiza.

De posse dessas informações, foram acessadas as demonstrações contábeis das empresas gaúchas que compõem a amostra deste estudo, no período de 2010 a 2018. Neste *site* foram coletados especificamente as informações analíticas que compõem a Demonstração do Valor Adicionado de cada empresa.

Os dados obtidos a partir da Demonstração do Valor Adicionado foram tabulados e inseridos na planilha de dados, complementando as informações das empresas, com o detalhamento de cada uma das rubricas pertencentes à DVA. Procedeu-se, ainda, com uma verificação acerca do montante distribuído como juros (remuneração de capital de terceiros), em dois períodos econômicos: pré-crise (2010 a 2013) e pós crise (2014 a 2018), buscando enriquecer o estudo.

Assim, de posse de todos os dados coletados, realizou-se a análise por meio de técnicas estatísticas.

## 4 ANÁLISE E DESCRIÇÃO DOS DADOS

No presente capítulo consta a síntese das análises realizadas, primeiramente apresentando as empresas que compõem a amostra deste estudo, para então abordar sobre a DVA das mesmas e a forma de distribuição da riqueza gerada. Ainda, se verifica se as características destas empresas podem estar atreladas à forma de distribuição do Valor Adicionado, considerando o período econômico.

### 4.1 Apresentação da Amostra

As empresas em estudo, listadas na B3, têm características variadas e o Quadro 2 apresenta uma síntese destas, ordenando-as de acordo com o seu nome fantasia, o qual será utilizado durante o estudo para identificá-las:

**Quadro 2 – Empresas Componentes da Amostra**

EMPRESA	SEGMENTO	SETOR	CIDADE	ABERTURA
BANRISUL	N1	Financeiro	Porto Alegre	12/08/1969
CEEE-D	N1	Utilidade pública	Porto Alegre	28/11/2006
CEEE-GT	N1	Utilidade pública	Porto Alegre	13/09/1966
CELUL IRANI	Tradicional	Materiais básicos	Porto Alegre	03/12/1968
DIMED	Tradicional	Saúde	Eldorado do Sul	29/03/1976
EXCELSIOR	Tradicional	Consumo não cíclico	Santa Cruz do Sul	05/09/1966
FINANSINOS	Tradicional	Financeiro	Novo Hamburgo	12/08/1966
FRAS-LE	N1	Bens industriais	Caxias do Sul	01/08/1966
GRAZZIOTIN	Tradicional	Consumo não cíclico	Passo Fundo	22/03/1982
HABITASUL	Tradicional	Financeiro	Porto Alegre	08/10/1981

JOSAPAR	Tradicional	Consumo não cíclico	Porto Alegre	03/12/1973
LOJAS RENNER	NM	Consumo cíclico	Porto Alegre	10/08/1966
MARCOPOLO	N2	Bens industriais	Caxias do Sul	08/08/1966
MINUPAR	Tradicional	Consumo não cíclico	Lajeado	04/09/1984
ODERICH	Tradicional	Consumo não cíclico	São Sebastião do Caí	20/08/1966
PETTENATI	Tradicional	Consumo cíclico	Caxias do Sul	09/08/1966
RANDON PART	N1	Bens industriais	Caxias do Sul	09/11/1976
RECRUSUL	Tradicional	Bens industriais	Sapucaia do Sul	06/07/1970
SLC AGRICOLA	NM	Consumo não cíclico	Porto Alegre	03/06/1977

Fonte: Elaborado pela acadêmica (2019).

Conforme pode ser observado no Quadro 2, a amostra é composta em 57,89% de empresas classificadas como nível Tradicional, sendo tal nível caracterizado por um menor número de regras de governança corporativa. Verifica--se que a maior parte das empresas (31,58%), pertence ao setor de consumo não cíclico, que compreende a fabricação de bens alimentícios, bebidas e produtos domésticos e pessoais.

O Quadro 02 ainda permite identificar que 42,11% das empresas da amostra estão localizadas em Porto Alegre/RS e, ao considerar a região metropolitana da capital, este percentual chega a 63,16%, o que indica o agrupamento destas empresas em áreas de maior concentração populacional e de negócios.

Pode-se ainda observar que a maioria destas empresas já se encontra em um nível de maturidade de atuação no mercado, visto que a média de atuação destas é de 45 anos de existência. A Tabela 01 apresenta tal composição:

**Tabela 1 – Tempo de Atuação das Empresas da Amostra**

Tempo de Atuação	Percentual	Empresas
Até 15 anos de atuação	5,26%	CEEE-D
Entre 26 a 35 anos de atuação	5,26%	MINUPAR
Entre 36 a 45 anos de atuação	26,32%	HABITASUL; DIMED; GRAZZIOTIN; RANDON; SLC AGRICOLA

Entre 46 a 55 anos de atuação	63,16%	BANRISUL; CELUL IRANI; CEEE-GT; ODERICH; EXCELSIOR; FINANSINOS; FRAS-LE; JOSEPAR; LOJAS RENNEN; MARCOPOLO; PETTENATI; RECRUSUL
<b>Total</b>	<b>100%</b>	

Fonte: Elaborada pela acadêmica (2019).

De acordo com a Tabela 1, se observa que a maior parte das empresas de capital aberto do Rio Grande do Sul atua entre 46 e 55 anos, sendo que 75% delas estão localizadas na região metropolitana do estado.

Ainda em relação ao Quadro 2, identifica-se um breve relato sobre as empresas pertencentes a esta amostra. Com relação ao **Banrisul**, este foi constituído em 1928 como Banco público hipotecário de crédito rural e, em 1931, após incorporar o Banco Pelotense, passou à condição de arrecadadora de tributos do Estado do Rio Grande do Sul. Desde então, iniciou-se um processo de expansão, com a abertura de agências em diversos municípios do Estado do RS.

A **Celulose Irani** é uma empresa que produz celulose, papel e embalagens de papelão ondulado, localizada em 4 estados, 2 escritórios, sendo um deles localizado em Porto Alegre, e 8 unidades de negócio.

A **Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D** e a **Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT**, são controladas pela **Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – CEEE Par**, sendo que sua área de concessão corresponde à região metropolitana, sul, litoral e campanha gaúcha. Atendendo 72 municípios, corresponde à aproximadamente 34% do mercado consumidor do Rio Grande do Sul.

Já a **Habitasul** é uma organização com atuação em setores fundamentais para o desenvolvimento da economia no país, como por exemplo o setor industrial (Celulose Irani) e imobiliário.

A **Oderich S.A.** está entrando para a sua 5ª geração, com capacidade anual de produção de 100 mil toneladas de alimentos, e tem em sua produção a linha mais completa de conservas de carne, legumes, compotas de frutas, molhos, picles, atomatados e maioneses do Brasil.

**Dimed**, mais conhecida por Panvel, é uma rede de farmácias com mais de 400 lojas distribuídas no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo. Ela também é pioneira na criação de marca própria dentro do ramo farmacêutico,

contando com mais de 500 produtos de diversas categorias de higiene, maquiagens e proteção solar.

Até 2003, a empresa **Excelsior Alimentos S.A.** se chamava Baumhardt Irmãos S.A., e seus produtos são derivados de carne.

**Finansinos** é uma instituição financeira, com atividades centradas no Vale do Rio do Sinos, e foco mercadológico nos segmentos de crédito direto ao consumidor de bens (automóveis e caminhões), capital de giro, autofinanciamento e desconto de títulos.

A **FRAS-LE** é uma fabricante de autopeças que está entre as maiores fornecedoras de materiais de fricção do mundo, com atuação na segurança e no controle de movimentos nas estradas, trilhos e pistas de pouso.

**Grazziotin** é uma empresa com 4 redes com gestões independentes, que se apoiam permanentemente, garantindo a continuidade de todas. As 4 redes são: Franco Giorgi, especialista em moda masculina; Lojas Grazziotin e Pormenos, redes de lojas que oferecem opções de moda, mesa e banho; e Tottal Casa & Conforto, com um mix de produtos.

**Josapar** é uma empresa de produtos alimentícios, com venda em todo o Brasil e exportados para mais de 40 países. Seus produtos com destaque são arroz, feijão e azeites.

O grupo **A. J. Renner** teve seu primeiro foco em artigos têxteis, ampliando seus produtos e passando a operar como uma loja de departamento após alguns anos. Com o seu crescimento e evolução, o grupo optou por se tornar independente e então foram constituídas as Lojas Renner S.A.

A **Marcopolo** é uma empresa transnacional brasileira, uma das maiores fabricantes de carrocerias de ônibus do mundo, que investe continuamente em inovações, a fim de desenvolver e implementar soluções para o transporte coletivo de passageiros nos principais mercados mundiais.

A **Minupar** é uma companhia que objetiva ter participação no capital de outras sociedades. Pettenati atua mais de 55 anos no mercado têxtil, com confecção nos segmentos fashion, casual, sport e linha íntima.

Em uma pequena oficina mecânica voltada à reforma de motores industriais surgiu a **Randon**, hoje uma referência global, que está entre as maiores empresas privadas brasileiras. A empresa possui liderança na maior parte dos segmentos em que atua e faz parte do Nível 1 de Governança Corporativa da B3.

A **Recrusul** trabalha com produção de carrocerias frigoríficas e de câmeras frigoríficas.

Já a **SLC Agrícola** é uma das maiores produtoras mundiais de grãos e fibras, focada na produção de algodão, soja e milho. Foi uma das primeiras empresas do setor a ter ações negociadas em Bolsa de Valores no mundo, o que a tornou uma referência no seu segmento.

Desta forma, pode-se obter um panorama da amostra estudada, a fim de melhor compreender qual a participação destas empresas na economia do estado e, a partir deste entendimento, avaliar como se compõe o Valor Adicionado destas de acordo com a DVA divulgada.

#### 4.2 Análise da Composição do Valor Adicionado

Para a realização deste estudo, inicialmente se procedeu a análise da Composição do Valor Adicionado das empresas gaúchas pertencentes à amostra, sendo este resultante da soma das contas iniciais da DVA, a fim de apresentar a dimensão da formação desta riqueza, como apresenta a Tabela 2:

**Tabela 2 – Composição do Valor Adicionado das Empresas Gaúchas em R\$ mil**

Rubrica	2010		2011		2012	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Receitas	26.036.961	100	29.147.872	100	31.273.928	100
(-) Insumos Adquiridos em Terceiros	-15.831.734	61	-17.516.705	60	-19.143.519	61
(=) VA Bruto	10.205.227		11.631.168		12.130.409	
(-) Depreciação, Amortização e Exaustão	-839.748	3	-851.728	3	-839.450	3
(=) VA Líquido Prod. pela Entidade	9.365.479	36	10.779.440	37	11.290.959	36
(+) VA Recebido	965.367		1.118.638		1.217.111	
(=) VA Total a Distribuir	10.330.845	40	11.898.078	41	12.508.070	40

(continua)

Rubrica	2013		2014		2015	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Receitas	34.141.975	100	37.417.783	100	42.212.213	100
(-) Insumos Adquiridos em Terceiros	-21.556.069	63	-24.401.520	65	-26.393.878	63
(=) VA Bruto	12.585.906		13.016.264		15.818.336	
(-) Depreciação, Amortização e Exaustão	-804.215	2	-855.716	2	-959.471	2
(=) VA Líquido Prod. pela Entidade	11.781.691	35	12.160.548	32	14.858.865	35

(continuação)

(+) VA Recebido						
Transferência	1.395.119		1.577.919		2.439.742	
(=) VA Total a Distribuir	13.176.809	39	13.738.468	37	17.298.607	41
<b>Rubrica</b>	<b>2016</b>		<b>2017</b>		<b>2018</b>	
	<b>Valor</b>	<b>%</b>	<b>Valor</b>	<b>%</b>	<b>Valor</b>	<b>%</b>
Receitas	42.418.785	100	44.534.621	100	49.960.730	100
(-) Insumos Adquiridos em Terceiros	-25.085.546	59	-26.170.793	59	-29.138.059	58
(=) VA Bruto	17.333.239		18.363.829		20.822.671	
(-) Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.332.263	3	-1.253.519	3	-1.288.528	3
(=) VA Líquido Prod. pela Entidade	16.000.976	38	17.110.310	38	19.534.143	39
(+) VA Recebido						
Transferência	2.680.069		1.886.412		2.183.525	
(=) VA Total a Distribuir	18.681.045	44	18.996.722	43	21.717.669	43

Fonte: Elaborada pela acadêmica (2019).

A partir da Tabela 2 foram verificadas as principais contas que culminaram no Valor Adicionado (VA) Total a Distribuir no período compreendido entre os anos de 2010 a 2018. De forma complementar à Tabela 2, foi elaborada a Tabela 3 que apresenta a média destas rubricas no período:

**Tabela 3 – Composição Média do Valor Adicionado entre 2010 e 2018 em R\$ mil**

Rubrica	Média - 2010 a 2018	
	Valor	%
Receitas	37.460.541	100
(-) Insumos Adquiridos em Terceiros	-22.804.202	61
(=) Valor Adicionado Bruto	14.656.339	
(-) Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.002.737	3
(=) Valor Adicionado Líquido Prod. pela Entidade	13.653.601	36
(+) Valor Adicionado Recebido Transferência	1.718.211	
(=) Valor Adicionado Total a Distribuir	15.371.813	41

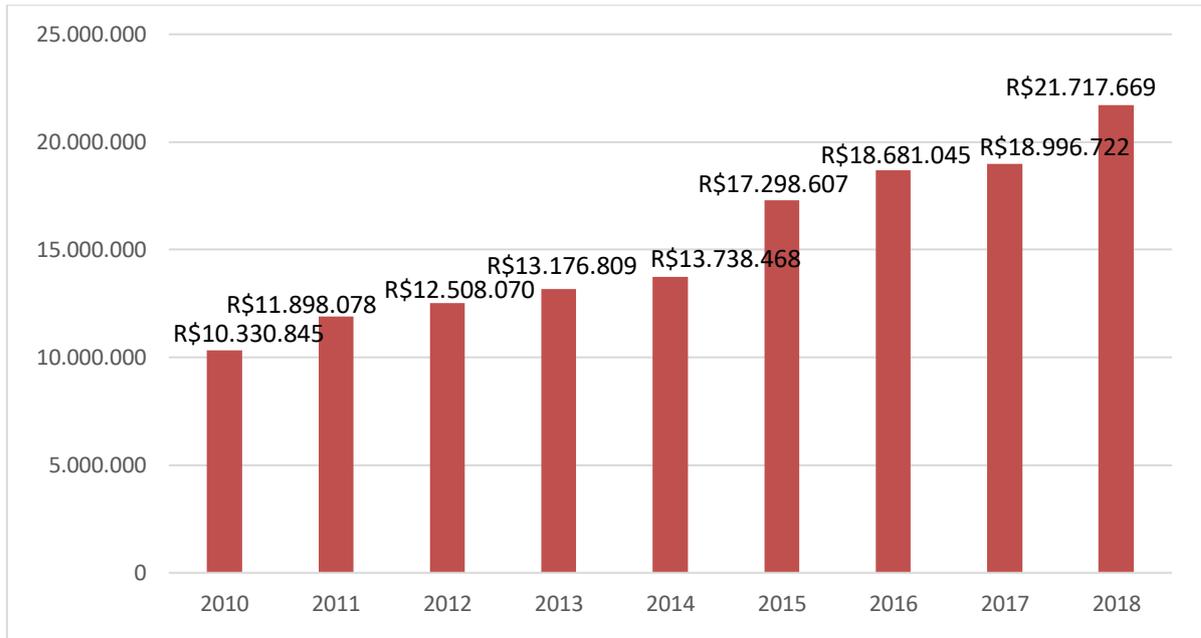
Fonte: Elaborada pela acadêmica (2019).

Tendo como base de análise a receita da atividade, por meio das Tabelas 2 e 3, verificou-se que os insumos (compreendendo também as despesas de intermediação financeira no caso das instituições bancárias) têm representado, em média, 61% da receita, com um leve declínio entre 2010 e 2018.

Com relação às retenções, que representam as depreciações, amortizações, exaustões e variações do valor justo ativo biológico, estas se mantiveram em 3% da receita, com exceção dos anos de 2013 a 2015, onde houve uma pequena queda de 1%, se mantendo então em 2%. Assim, o VA Líquido médio do período correspondeu a 36% das receitas, sendo observada uma queda de 1% entre o ano de 2010 e o ano de 2018.

Após a adição dos valores recebidos em transferência, observou-se um VA total a distribuir de aproximadamente 41% sobre a receita gerada. O Gráfico 1 apresenta esta evolução:

**Gráfico 1 – Média do VA a Distribuir entre os anos de 2010 a 2018 em R\$ mil**



Fonte: Elaborado pela acadêmica (2019).

Conforme se verifica no Gráfico 1, o VA total a distribuir das empresas gaúchas de capital aberto negociadas na B3 apresentou um crescimento de 110%, quando se compara o ano de 2010 com o ano de 2018. No ano de 2011, houve um aumento de 15% do VA a distribuir em relação a 2010. Já em 2015 com relação a 2014, o aumento foi de 26%, sendo essa a maior variação durante o período pesquisado.

#### 4.3 Análise da Distribuição do Valor Adicionado

Após avaliar a composição do VA a Distribuir, a Tabela 4 apresenta inicialmente, de forma sintética, a Distribuição desse VA:

**Tabela 4 – VA Total a Distribuir das Empresas Gaúchas em R\$ mil**

Rubrica	2010		2011		2012	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
VA Total a Distribuir	10.330.845	100	11.898.078	100	12.508.070	100
Pessoal	3.467.454	34	3.946.780	33	4.379.686	35

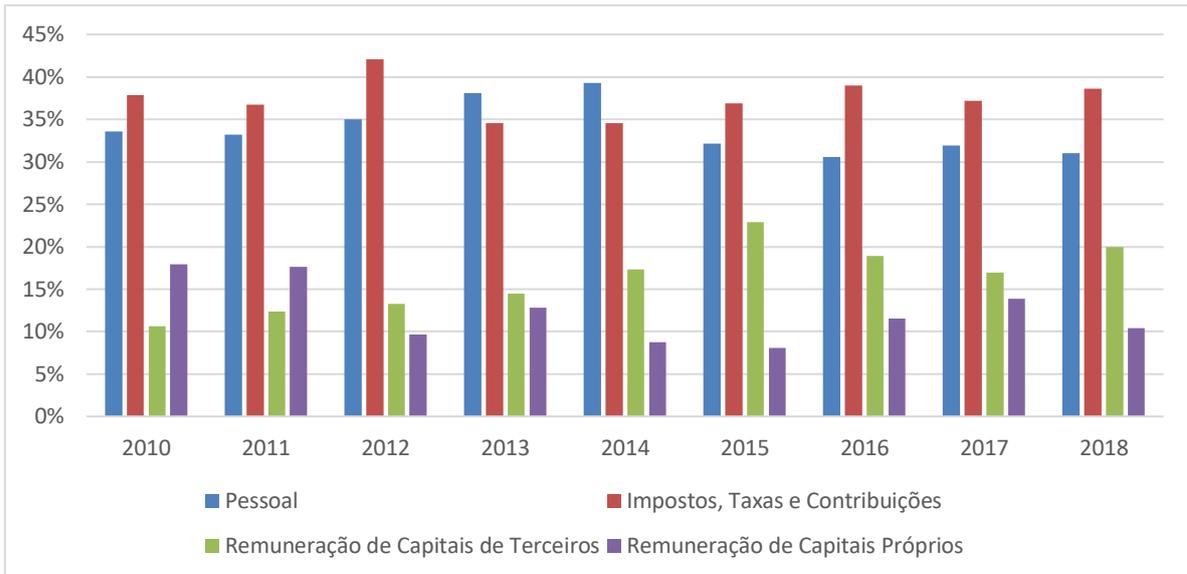
Impostos, Taxas e Contribuições	3.908.806	38	4.375.468	37	5.259.758	42
Remuneração de Capitais de 3º	1.099.801	11	1.470.488	12	1.661.248	13
Remuneração de Capitais Próprios	1.850.966	18	2.098.762	18	1.204.347	10
Outros	3.818	0	6.581	0	2.931	0
<b>Rubrica</b>	<b>2013</b>		<b>2014</b>		<b>2015</b>	
	<b>Valor</b>	<b>%</b>	<b>Valor</b>	<b>%</b>	<b>Valor</b>	<b>%</b>
VA Total a Distribuir	13.176.809	100	13.738.468	100	17.298.607	100
Pessoal	5.020.262	38	5.394.104	39	5.564.481	32
Impostos, Taxas e Contribuições	4.550.403	35	4.752.078	35	6.375.100	37
Remuneração de Capitais de 3º	1.910.835	15	2.379.288	17	3.961.760	23
Remuneração de Capitais Próprios	1.687.819	13	1.206.711	9	1.397.211	8
Outros	7.490	0	6.287	0	55	0
<b>Rubrica</b>	<b>2016</b>		<b>2017</b>		<b>2018</b>	
	<b>Valor</b>	<b>%</b>	<b>Valor</b>	<b>%</b>	<b>Valor</b>	<b>%</b>
VA Total a Distribuir	18.681.045	100	18.996.722	100	21.717.669	100
Pessoal	5.706.536	31	6.067.472	32	6.735.348	31
Impostos, Taxas e Contribuições	7.283.236	39	7.066.532	37	8.389.226	39
Remuneração de Capitais de 3º	3.529.992	19	3.227.651	17	4.333.877	20
Remuneração de Capitais Próprios	2.161.281	12	2.635.067	14	2.259.217	10
Outros	-	0	-	0	-	0

Fonte: Elaborada pela acadêmica (2019).

Desta forma, a Tabela 4 mostra como foi realizada a distribuição do VA das empresas da amostra nos anos entre 2010 a 2018, tanto em valor quanto em percentual, e a Tabela 5 indica a média para fins de comparação geral.

De forma complementar às Tabelas 4 e 5, foi elaborado o Gráfico 2, que permite identificar a média do período analisado, para cada informação, a fim de permitir comparações entre as rubricas analisadas:

### Gráfico 2 – VA Total a Distribuir das Empresas Gaúchas em %



Fonte: Elaborado pela acadêmica (2019).

Como se pode observar na Tabela 5 e no Gráfico 2, o governo obteve, em média, 37,56% do VA destas empresas por meio dos impostos, taxas e contribuições. Este achado é condizente com os resultados de Tinoco et al. (2011), no período de 2005 a 2007, quando estes autores identificaram que a média da carga tributária entre todas as empresas e setores pesquisados alcançou 37,77%.

**Tabela 5 – Distribuição Média do Valor Adicionado no Período em R\$ mil**

Rubrica	Média 2010 a 2018	
	Valor	%
<b>VA Total a Distribuir</b>	<b>15.371.813</b>	<b>100</b>
Pessoal	5.142.458	33,45
Impostos, Taxas e Contribuições	5.773.412	37,56
Remuneração de Capitais de Terceiros	2.619.438	17,04
Remuneração de Capitais Próprios	1.833.487	11,93
Outros	3.018	0,02

Fonte: Elaborada pela acadêmica (2019).

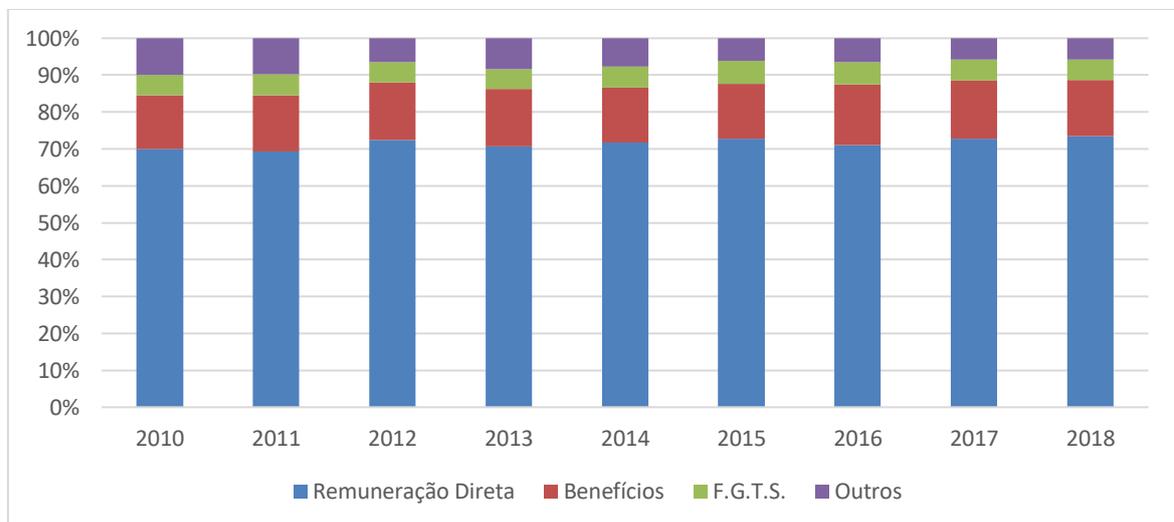
Ainda diante da Tabela 5 e do Gráfico 2, quanto à remuneração do pessoal, este compreende o item com a segunda maior distribuição no período, tendo uma média de 33,45% sobre o VA total a distribuir, chegando até 39% no ano de 2014. Os anos de 2016 e 2018 foram os que tiveram a menor distribuição neste item, com 31%.

Com relação à remuneração de capitais de terceiros, que compreende, por exemplo, os juros pagos sobre empréstimos e financiamentos junto às instituições bancárias, verificou-se que, do ano de 2010 para 2018, houve um aumento de mais de 300% na dívida/lucro.

Quanto à remuneração de capital próprio, conforme mostra a Tabela 5, a média da distribuição destinada à remuneração do capital próprio é de 11,93% no período. Já a rubrica outros contém, por exemplo, valores destinados à participação dos administradores. Sobre esta distribuição, foi verificado que algumas empresas tiveram essa participação, porém não alcançou nem 1%.

Buscando analisar mais detalhadamente os valores expressos na Tabela 4, os Gráficos 3, 4, 5 e 6 apresentam as rubricas relacionadas à forma de Distribuição do Valor Adicionado das empresas gaúchas:

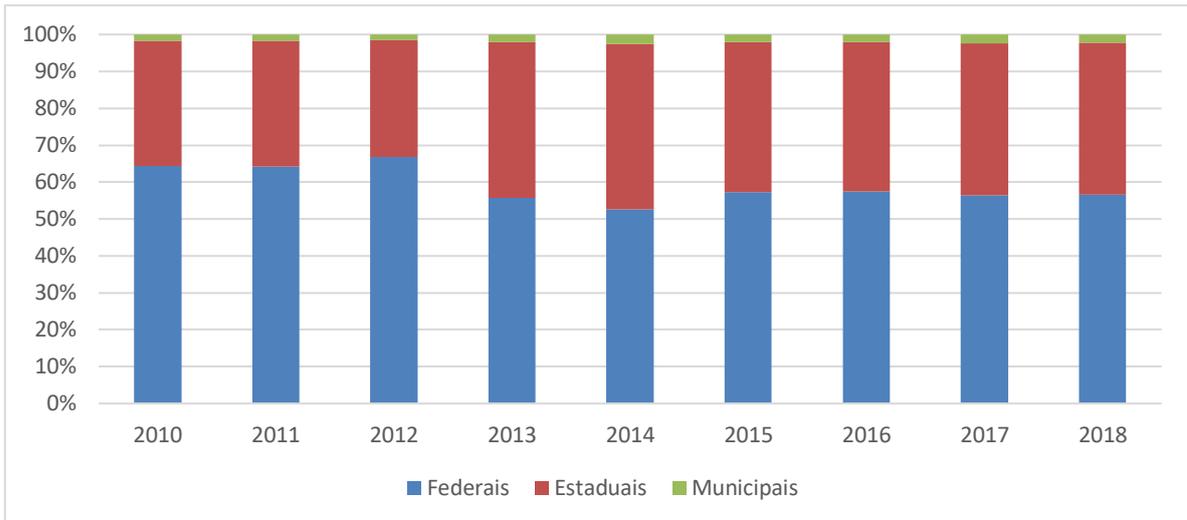
**Gráfico 3 – Distribuição do Valor Adicionado com pessoal**



Fonte: Elaborado pela acadêmica (2019).

Conforme pode ser analisado no Gráfico 3, com relação à remuneração de pessoal, a maior distribuição das empresas se refere à remuneração direta, alcançando uma média de 72%.

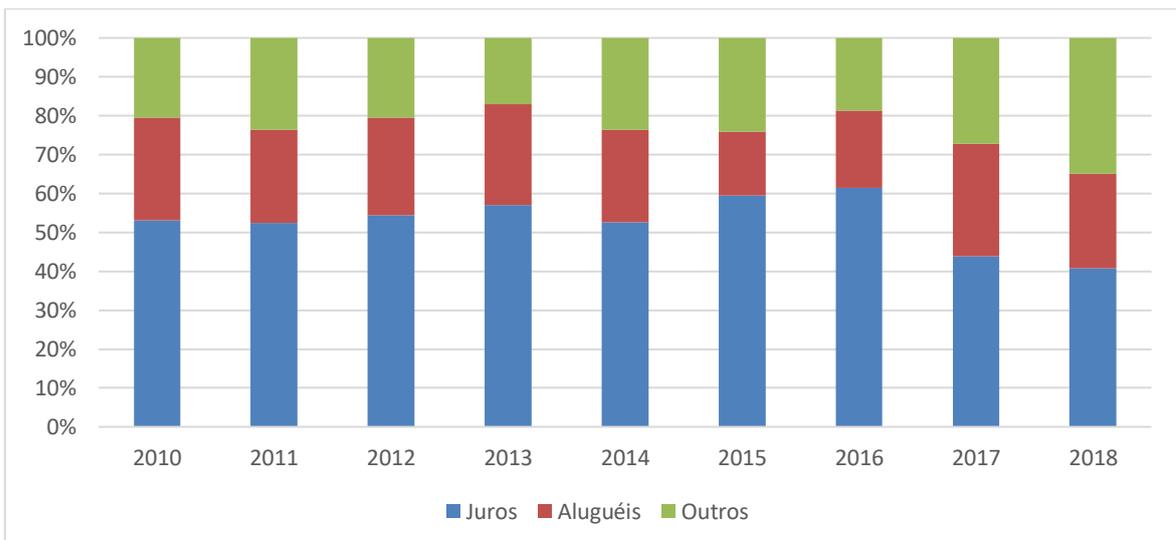
**Gráfico 4 – Distribuição do Valor Adicionado com impostos, taxas e contribuições**



Fonte: Elaborado pela acadêmica (2019).

De acordo com o Gráfico 4, a maior distribuição se refere aos tributos federais, chegando até 67% em 2012, com uma média de 59% em todo o período pesquisado. Cabe ressaltar que em 2018 houve a maior destinação da riqueza para os tributos, o que é condizente com o ano de maior receita, como indicou a Tabela 2. Verificou-se, ainda, que aos tributos municipais destinou-se apenas 2%, em média, da riqueza revertida em impostos.

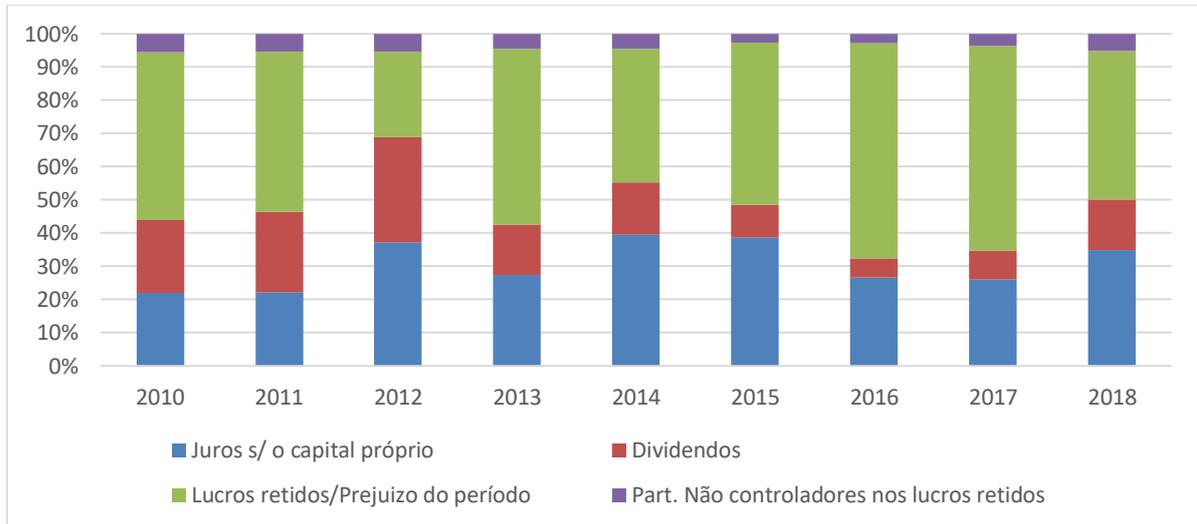
### Gráfico 5 – Distribuição do Valor Adicionado remuneração de capitais de terceiros



Fonte: Elaborado pela acadêmica (2019).

No Gráfico 5, pode-se analisar que em relação à remuneração de capital de terceiros, houve maior distribuição na parte dos juros, chegando até 61% no ano de 2016.

**Gráfico 6 – Distribuição do Valor Adicionado remuneração de capitais próprios**



Fonte: Elaborado pela acadêmica (2019).

Na remuneração de capitais próprios, a maior parte da distribuição do VA se destina à rubrica de lucros retidos/prejuízos do período são distribuídos, com exceção do ano de 2012, que teve apenas 26%. A participação de não controladores no lucro retido recebeu a menor parcela do VA, chegando, no máximo, à 5% no período, com uma média de 4% nos anos analisados.

Nos anos de 2016, 2017 e 2018, não houve valor divulgado na conta de distribuição dos administradores em nenhuma das 19 empresas. Nos anos de 2010 e de 2012 a 2015, a única empresa que teve essa distribuição foi a Celulose Irani. Já em 2011, além da Celulose Irani, a empresa Habitasul também apresentou distribuição de VA para os administradores.

Diante destas constatações, pode-se verificar como esta demonstração compreende uma fonte de informações não apenas para os usuários contábeis, assim como apontado por Costa, Guimarães e Mello (2013), mas também para sociedade, uma vez que seu objetivo é evidenciar a distribuição gerada pela empresa. De forma semelhante ao estudo de Santos e Silva (2009), é possível verificar que a carga tributária é o principal destino das riquezas geradas pelas empresas.

#### 4.4 Distribuição do Valor Adicionado, Características das Empresas e Períodos Econômicos

Buscando complementar as análises anteriores, foi realizada uma comparação entre as características das empresas e a distribuição da riqueza gerada. Assim, a Tabela 6 mostra o valor a distribuir por setor no período analisado.

Por meio da Tabela 6, verificou-se que os setores de materiais básicos e saúde são os que menos apresentam valor a distribuir. Já os setores de bens industriais, consumo cíclico e financeiro, apresentam VA a distribuir de em média 21% a 22% do total da riqueza gerada por esta amostra de empresas.

A fim de aprofundar tal análise setorial, a Tabela 6 detalha a distribuição média do valor adicionado:

**Tabela 6 – Média da Distribuição do Valor Adicionado por setor em R\$ mil**

SETOR	Pessoal		Impostos, Taxas e Contribuições		Remuneração de Capitais de Terceiros		Remuneração de Capitais Próprios		Outros	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Bens industriais	1.505.314	29	704.447	12	762.568	29	446.654	24	-	0
Consumo cíclico	766.026	15	1.571.095	27	464.015	18	550.893	30	-	0
Consumo não cíclico	449.840	9	488.279	8	563.424	22	190.034	10	-	0
Financeiro	1.417.031	28	910.923	16	100.617	4	825.176	45	148	5
Materiais básicos	127.702	2	102.197	2	125.451	5	14.992	1	2.870	95
Saúde	177.454	3	181.852	3	75.258	3	50.435	3	-	0
Utilidade pública	699.090	14	1.814.619	31	528.103	20	- 244.697	-13	-	0
<b>Total</b>	<b>5.142.458</b>	<b>100</b>	<b>5.773.412</b>	<b>100</b>	<b>2.619.438</b>	<b>100</b>	<b>1.833.487</b>	<b>100</b>	<b>3.018</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaborada pela acadêmica (2019).

Na Tabela 6, observa-se que o setor de bens industriais e o setor financeiro são os que mais remuneram seu pessoal, sendo estes responsáveis por 57% do valor destinado a esse grupo. Quando analisada a distribuição de valores com impostos, taxas e contribuições, os setores de utilidade pública e de consumo cíclico apresentam maior destinação ao governo, equivalente a 58% nesta amostra.

Quanto à remuneração de capitais de terceiros, a Tabela 6 indica que o setor de bens industriais destina 29% para este grupo. Já o setor financeiro teve uma alta distribuição com remuneração de capitais próprios, chegando a 45%.

Outro fato que chama a atenção na Tabela 6 é a existência de um valor negativo, no item Remuneração de Capitais Próprios, para o setor de utilidade pública. Isto ocorre porque este item contém informações sobre Prejuízo do Período, o que explica este sinal.

Outra característica empresarial que pode ser analisada, é o segmento de listagem destas empresas na B3. Os segmentos em que as empresas estão classificadas na B3 estão de acordo com seu perfil e de como prezam por regras de governança corporativa, que vão além das obrigações que cada companhia tem perante a Lei das Sociedades por Ação (Lei das S.As.).

O Novo Mercado (NM) conduz as empresas ao mais elevado padrão de governança corporativa. As empresas listadas nesse segmento podem emitir apenas ações com direito de voto, as chamadas ações ordinárias (ON).

O segmento de Nível 2 (N2) é semelhante com o Novo Mercado, mas com algumas exceções. Estas empresas têm o direito de manter ações preferenciais. Em caso de venda de controle da empresa, é assegurado aos donos de ações ordinárias e preferenciais o mesmo tratamento concedido ao acionista controlador, prevendo o direito de *tag along de 100%*<sup>4</sup> do preço pago pelas ações ordinárias do acionista controlador.

As companhias listadas no segmento Nível 1 (N1) devem adotar práticas que favoreçam a transparência e acesso às informações pelos investidores. Para isso, precisam divulgar informações adicionais às exigidas em lei. Um exemplo é o calendário anual de eventos corporativos. O segmento Tradicional, ou Básico, é a listagem que não conta com regras diferenciadas de governança corporativa.

Diante da Tabela 7 pode-se observar que as empresas classificadas como N1 são as que mais apresentam VA a distribuir, chegando a até 58% do total no ano de 2011. Já as de segmento N2 são as que menos apresentam VA a distribuir, chegando no máximo de 13% sobre o total do VA a distribuir das empresas analisadas neste estudo. Desta forma, a Tabela 9 detalha a distribuição média do VA por segmento de listagem na B3:

---

<sup>4</sup> *Tag along de 100%*: o acionista minoritário receberá 100% do valor por ação recebido pelo controlador, no caso da venda da empresa.

**Tabela 7 – Média da Distribuição do VA por segmento em R\$ mil**

SEGMENTO	Pessoal		Impostos, Taxas e Contribuições		Remuneração de Capitais de Terceiros		Remuneração de Capitais Próprios		Outros	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
N1	2.888.669	56	3.304.529	57	1.046.985	40	837.389	46	-	0
N2	707.848	14	107.188	2	295.632	11	227.001	12	-	0
NM	868.163	17	1.719.211	30	805.902	31	685.803	37	-	0
Tradicional	677.778	13	642.484	11	470.918	18	83.294	5	3.018	100
<b>Total</b>	<b>5.142.458</b>	<b>100</b>	<b>5.773.412</b>	<b>100</b>	<b>2.619.438</b>	<b>100</b>	<b>1.833.487</b>	<b>100</b>	<b>3.018</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaborada pela acadêmica (2019).

Como pode ser analisado na Tabela 7, o segmento N1 é o que mais apresenta distribuição nos diferentes itens analisados, chegando a 56%, quanto à remuneração de pessoal, 57% em relação a impostos, taxas e contribuições, 40% quanto à capital de terceiros e 46% quanto à remuneração de capital próprio.

E, por fim, buscou-se identificar se o tempo de atuação das empresas desta amostra está atrelado à forma de distribuição do VA das mesmas. A Tabela 8 mostra que as empresas com mais de 46 anos de atuação apresentaram maior VA a distribuir ao longo de todo o período.

**Tabela 8 – Média da Distribuição do Valor Adicionado por tempo de atuação em R\$ mil**

TEMPO DE ATUAÇÃO	Pessoal		Impostos, Taxas e Contribuições		Remuneração de Capitais de Terceiros		Remuneração de Capitais Próprios		Outros	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Até 15 anos de atuação	911.409	17	1.897.965	33	603.464	22	- 220.377	-12	629	19
Entre 26 e 35 anos de atuação	68.359	1	39.062	1	39.848	1	- 50.010	-3	-	0
Entre 36 e 45 anos de atuação	938.238	18	834.604	14	748.161	27	379.594	21	133	4
Entre 46 e 55 anos de atuação	3.373.654	64	2.995.776	52	1.358.532	49	1.677.327	94	2.583	77
<b>Total</b>	<b>5.291.660</b>	<b>100</b>	<b>5.767.407</b>	<b>100</b>	<b>2.750.005</b>	<b>100</b>	<b>1.786.535</b>	<b>100</b>	<b>3.345</b>	<b>100</b>

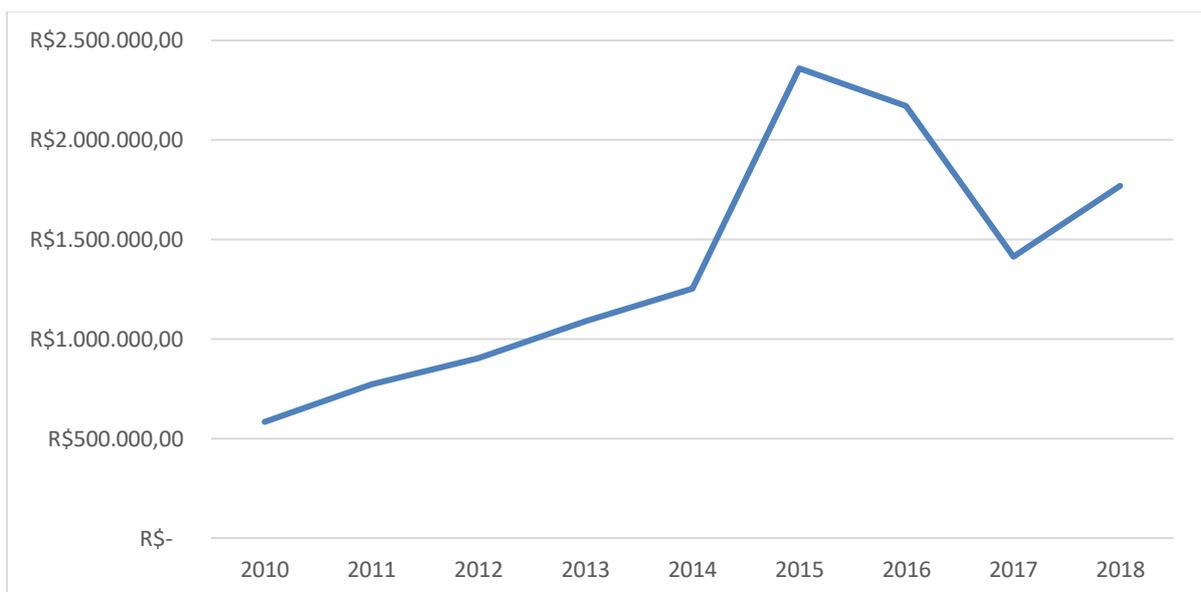
Fonte: Elaborada pela acadêmica (2019).

Conforme pode ser verificado na Tabela 8, as empresas com o maior tempo no mercado são as que mais remuneram o capital próprio. Já as empresas com atuação entre 15 a 35 anos, apresentaram prejuízo no período apurado, o que prejudicou a análise da remuneração de capitais próprios desta.

Cumprido ressaltar que o período de análise contemplado nesta pesquisa apresentou, do ponto de vista econômico, um período de instabilidade, sendo que em 2014 houve uma crise que se estendeu pelos anos seguintes. “A crise de 2014/2017 da economia brasileira teve como origem uma série de choques de oferta e demanda, na maior parte ocasionada por erros de políticas públicas que reduziram a capacidade de crescimento da economia brasileira e geraram um custo fiscal elevado”, de acordo com Barbosa Filho (2017, p. 58).

Nesses períodos, as empresas podem passar por estresses financeiros e, muitas vezes, vão procurar recursos de terceiros para financiar suas atividades. Buscando avaliar se houve este impacto nas empresas desta amostra, o Gráfico 7 apresenta a variação dos juros sob capital de terceiros:

**Gráfico 7 – Variação dos juros sob capital de terceiros**



Fonte: Elaborado pela acadêmica (2019).

Diante do Gráfico 7, pode-se observar que no período pré-crise (2010 a 2013), em média, as empresas distribuíam na forma de juros cerca de R\$ 837.488,67 do seu valor adicionado, enquanto no período crise e pós-crise (2014 a 2018), esta média foi equivalente a R\$1.793.140,07, totalizando 214% de aumento.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esta pesquisa, objetivou-se analisar como é distribuída a riqueza gerada pelas empresas gaúchas de capital aberto conforme a DVA. Este estudo possibilitou avaliar a DVA como um meio de obtenção de informações relevantes sobre as empresas, o que vai ao encontro do estudo de Costa, Guimarães e Mello (2013), os quais indicam a inserção desta demonstração como uma fonte de informações para os usuários das informações contábeis.

Dessa maneira, o valor adicionado de uma empresa representa uma contribuição para a geração de valores para a economia do país. Quanto ao lado social da DVA, além de uma parte da riqueza ser retida pela empresa, ela também se distribui aos empregados, governo, financiadores e acionistas. Nesta mesma demonstração pode-se analisar em quais partes as empresas mais distribuíram sua riqueza.

Desta forma, conclui-se que a maior parte da distribuição do valor adicionado se destina ao governo, com uma média de 37% no período. Em segundo lugar, o valor adicionado gerado pelas empresas se destina à remuneração de pessoal (33%), sendo que 72% desta se refere à remuneração direta.

Conclui-se também que no período pesquisado houve um progresso em relação às receitas e, conseqüentemente, dos valores adicionados a distribuir, pois apenas aumentos percentuais foram observados entre os anos.

Foram observadas ainda, que determinadas características das empresas podem estar atreladas à forma de distribuição do Valor Adicionado, como o setor, o segmento de listagem e o tempo de atuação. Foi verificado que o setor de bens industriais e o setor financeiro são os que mais remuneram o pessoal, sendo estes responsáveis por 57% do valor destinado a esse grupo. Quanto aos segmentos de listagem, aquelas empresas classificadas como Nível 1 de governança corporativa são as que mais apresentam distribuição do valor adicionado nos diferentes itens analisados, chegando a 56% quanto à remuneração de pessoal, 57% em relação a impostos, taxas e contribuições, 40% quanto à capital de terceiros e 46% quanto à remuneração de capital próprio. Constatou-se ainda que as empresas com maior tempo de atuação no mercado são as que mais apresentam remuneração de capitais próprios. Finalmente, com relação ao período econômico vivenciado pelas empresas,

verificou-se que no pós-crise houve um aumento de 214% nos juros sobre capital de terceiros.

Por fim, com a realização da presente pesquisa, julga-se relevante que no site da B3 seja acrescentado um campo indicando em qual cidade/estado a empresa se encontra. E para uma melhor visualização por parte dos usuários da informação, dentro do relatório da DVA tenha uma coluna que apresente o percentual para cada conta.

## REFERÊNCIAS

ADRIANO, Sérgio. *Manual dos Pronunciamentos Contábeis Comentados*. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2018 Disponível em: <<https://grupogen.vitalsource.com/#/books/9788597016062/>>. Acesso em: 9 jul. 2019.

ALYRIO, R.D. *Metodologia Científica*. PPGEN: UFRRJ, 2008.

ANDRADE, Maria Margarida de. *Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas*. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

BARBOSA FILHO, Fernando de Holanda. A Crise Econômica de 2014/2017. *Estudos avançados*, v.31, n.89, p.51-60, 2017. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/132416/128550>>. Acesso em: 9 jul. 2019.

CARVALHO, Luiz Nelson; LEMES, Sirlei; COSTA, Fabio Moraes da. *Contabilidade Internacional: aplicação das IFRS 2005*. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. *Resolução CFC nº. 1.138/08 Aprova A NBC TG 09 – Demonstração Do Valor*. Brasília: CFC, 2008.

COLLIS, Jill; HUSSEY, Roger. *Pesquisa em Administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

COSTA, Claudio; GUIMARÃES, Tiago; MELLO, Luiz. Os possíveis benefícios gerados pela obrigatoriedade da publicação da demonstração do valor adicionado pelas empresas de capital aberto. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ (online)*, Rio de Janeiro, v.18, n.3, p. 77-93, set/dez., 2013. Disponível em: <<http://atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/UERJ/article/view/1903/1749>>. Acesso em: 09 jul. 2019

CUNHA, Jacqueline Veneroso Alves da. *Demonstração contábil do valor adicionado – DVA – um instrumento de mensuração da distribuição da riqueza das empresas para s funcionários*. 2002. 207f. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

DALLABONA, Lara; MASCARELLO, Gilaine; KROETZ, Marilei. Relação entre os indicadores de desempenho e o valor adicionado distribuído aos agentes colaboradores de empresas listadas na BM&FBOVESPA. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, v.13, n.39, p. 49-63, 2014. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5454715>>. Acesso em: 17 jul. 2019

FREIRE, Fátima de Souza; SILVA, César Augusto Tiburcio (Orgs). *Balanço Social: Teoria e Prática*. São Paulo: Atlas, 2001.

GELBCKE, Ernesto Rubens. *et al. Manual de Contabilidade Societária: aplicável a todas as sociedades: de acordo com as normas internacionais e do CPC*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

GIL, Antônio C. *Métodos e Técnicas de Pesquisa*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRECCO, Marta. *et al. DVA – Demonstração do Valor Adicionado – Uma análise do setor que mais contribui para a distribuição de riqueza*. In: Congresso Brasileiro de Custos, 17, 2010, Belo Horizonte. *Anais*. Belo Horizonte: FACE, UFMG, 2010. Disponível em: <<https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/634/634>>. Acesso em: 09 jul. 2019.

KROETZ, César Eduardo Stevens. *Balanço social, teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2000.

LUCA, Márcia Martins Mendes de. *Demonstração de Valor Adicionado*. São Paulo: Atlas, 1998.

LUZ, Érico Eleutério da. *Contabilidade comercial*. Curitiba: InterSaberes, 2015.

MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens; SANTOS, Ariovaldo dos; IUDÍCIBUS, Sérgio. *Manual de Contabilidade Societária: aplicável a todas as sociedades: de acordo com as normas internacionais e do CPC*. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

NIYAMA, Jorge Katsumi. *Contabilidade Internacional*. São Paulo: Atlas, 2005.

SANTOS, Marcos Igor da Costa; SILVA, Manuel Soares da. Utilização da Demonstração do Valor Adicionado-DVA como ferramenta na medição da riqueza no setor de telefonia no Brasil. *Pensar Contábil*, v. 11, n. 46, 2009.

SILVA, Marise Borba de; GRIGOLO, Tânia Maris. *Metodologia para iniciação científica à prática da pesquisa e da extensão II*. Caderno pedagógico. Florianópolis: Udesc, 2002.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. *Balanço Social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade*. São Paulo, 2001.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; MORAES, Pésio Belloumini; PELEIAS, Ivan Ricardo; CLARO, José Alberto Carvalho Santos; JOÃO, Belmiro do Nascimento. Estudo sobre a carga tributária de empresas brasileiras através da demonstração do valor adicionado (DVA)–período de 2005 A 2007. *Revista Ciências Administrativas*, v.17, n.1, 2011.